



---

João

# Arroyo

(1861 - 1930):  
o homem e a  
obra

---

João-Heitor Rigaud

---

Artigos Meloteca 2013

---

## Resumo

Ao longo da segunda metade do século XVIII, em resultado da ação de João de Almada e Melo, observa-se no Porto uma acentuada evolução urbanística e cultural que levou a que, durante o século XIX, a cidade se tornasse num pólo artístico com assinalável dinamismo. O movimento iniciado por Almada fez com que numerosos artistas portuenses viajassem para o estrangeiro com o objectivo de aprofundar os seus conhecimentos e com que chegassem à cidade, vindas de outros países, personalidades que muito contribuíram para a dinâmica intelectual da cidade.

Observa-se também que, sobretudo entre os músicos, se desenvolveu uma acentuada tendência para o aparecimento de famílias inteiras ligadas à prática artística o que, numa cidade onde o interesse pela arte marcava fortemente presença, se viria a revelar um elemento da maior importância para o desenrolar das muitas atividades que se realizavam no Porto.

Foi neste meio em constante ebulição artística que, em 1861, nasceu João Marcelino Arroyo no seio de uma família de músicos de origem espanhola que estava, há décadas, radicada na cidade.

João Arroyo foi uma personalidade eminentemente musical que, por imposição paterna, se formou na Universidade de Coimbra para se dedicar à atividade política. Doutorado em Direito e professor da Universidade, foi deputado e membro destacado do Partido Regenerador, tendo desenvolvido papel relevante como líder de bancada e ministro. Ao passar, em 1902, para a Câmara dos Pares a sua ação parlamentar tornou-se controversa e menos consequente do que anteriormente fora.

Porém, Arroyo, que era um pianista e compositor dotado de grande capacidade, sempre dedicou uma parte dos seus dias à prática da música, embora fazendo-o discretamente até que, chegado o século XX, compôs a ópera *Amor de Perdição* que, ao ser estreada em 1907, em Lisboa, no Real Teatro de S. Carlos, fez com que o compositor se tornasse tão conhecido como músico como era já como político. Com a implantação da República, deixou a atividade parlamentar e passou a dedicar a maior parte do seu tempo à música.

Personalidade extremamente complexa, João Arroyo teve uma vida onde à forte exposição social e mediática se sobrepôs uma grande discricção, de tal modo que a sua biografia se caracteriza por uma constante oposição entre a luz e a sombra da vida e da obra de uma individualidade que apela ao estudo.

## Abstract

During the second half of the 18<sup>th</sup> century, as a result of the efforts of civic modernisation of João de Almada e Melo, one could see in the northern Portuguese city of Oporto an accentuated urban and cultural evolution that resulted in the city becoming a remarkably dynamic artistic centre. The movement started by Almada encouraged many artists from Oporto to travel abroad with the aim of deepening their knowledge and upon their return they became figures that contributed greatly to the intellectual dynamics of the city.

Especially among musicians there began the appearance of entire families involved in artistic practice in the city, where interest in all the arts was strongly present, and they became an important element in the development of the many cultural activities that were realised in Oporto.

It was in the middle of this constant artistic ferment that João Marcelino Arroyo was born, in 1861, to a family of musicians of Spanish origin that had resided in Oporto for decades.

João Arroyo was an eminently musical personality who, by parental imposition, studied at the University of Coimbra in order that he would dedicate himself to political activity. Doctorate in Law and a professor in the University, he was a member of the Portuguese parliament and an outstanding figure of the Regeneration Party, having developed a relevant role as his party's parliamentary leader as well as becoming a minister. Upon entering the House of Peers in 1902, his parliamentary actions became controversial and less consequential than what they were before.

However, Arroyo, who was a pianist and a gifted composer, always discreetly dedicated part of his day to musical practise, until the arrival of the 20<sup>th</sup> century, when he wrote the opera *Amor de Perdição (Doomed Love)*, which premiered in 1907 in the Royal Theatre of S. Carlos in Lisbon. The success of the opera made the composer as famous as a musician as he previously was as a politician. With the establishment of the Republic, he left parliamentary activity and dedicated most of his time to music.

An extremely complex personality, João Arroyo had a life where strong social and media exposure imposed a need for upmost discretion, and as such his biography is characterised by a constant opposition of light and shadow in his life as well as in his musical work: a unique and intriguing individual that calls for further research.

*Transl. Robert Glassburner*

## ***João Arroyo (1861-1930) – O Homem e a Obra***

### ***Dimensão Cívica e Atividade Musical***

por

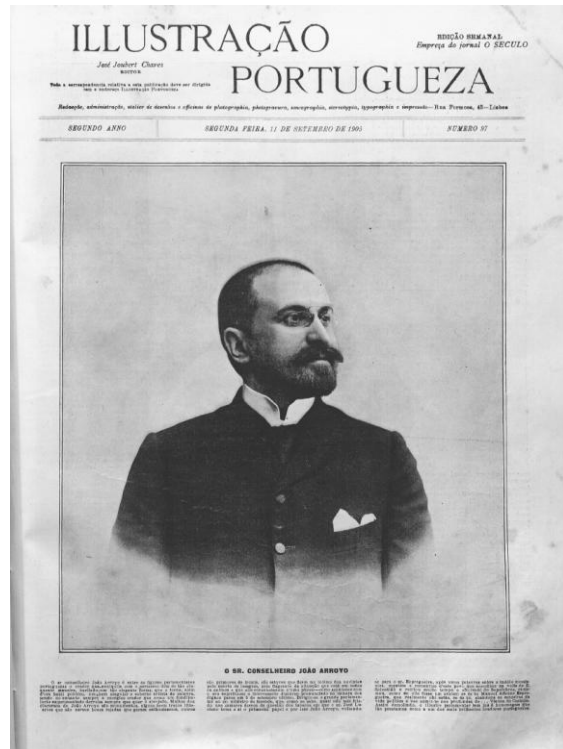
**João-Heitor Rigaud**

Apresentação ao júri das provas públicas de doutoramento realizadas no anfiteatro nobre da FLUP em 16 de Maio de 2012

Senhor presidente, Professor Jorge Fernandes Alves, dirijo-me a V. Ex<sup>a</sup> para cumprimentar e, igualmente, apresento cumprimentos aos restantes membros do júri, agradecendo a todos terem-me permitido chegar à fase final de um percurso que, tendo sido longo e exigente, foi também fascinante e, por isso, percorrido com entusiasmo. Dirijo-me ao público, que cumprimento e cuja presença agradeço, deixando uma palavra especial aos descendentes das personalidades em estudo na minha dissertação, aos quais nunca será demasiado manifestar gratidão pelo interesse com que corresponderam às questões levantadas pela investigação em apreço, que teve como tema fundamental a vida e a obra de João Arroyo.

O conselheiro João Marcelino Arroyo foi um portuense dotado de grande riqueza intelectual, cuja acção se manifestou no Direito, na política e na música com uma originalidade e um vigor que deram apreciável contributo para o enriquecimento do património colectivo nacional. Por vezes controverso e sempre combativo, João Arroyo caracterizou-se, na generalidade das suas realizações, por uma atitude perfeccionista que teve como resultado a profundidade e o alcance que a sua multifacetada obra apresenta.

Deste modo, em 1905, a revista *Ilustração Portuguesa*, fundada no ano anterior, considerou oportuno homenagear o político dedicando-lhe a capa onde, a acompanhar uma excelente fotografia tirada pelo conceituado artista plástico Augusto Bobone, inseriu um pequeno, mas expressivo, texto que elucida quanto às razões que presidiram a esta atitude do editor, em cuja opinião Arroyo era um hábil político e um dos maiores oradores portugueses. Dois anos mais tarde, João Arroyo voltaria à capa desta revista que o homenageou devido ao talento musical que, desde o ano anterior, vinha, publicamente, revelando.



No início do século XX, o homenageado era uma celebridade política que, subitamente, se tornara também um músico cuja obra era conhecida e louvada por todos, situação que levou a que a *Ilustração Portuguesa* fosse publicando artigos e pequenas notícias com o objectivo aprofundar o conhecimento da obra do ilustre cidadão e pôr os leitores ao corrente das suas mais recentes realizações, atitude em que, aliás, foi acompanhada pela revista *O Ocidente* e por numerosos jornais, cujos redactores, sempre bem informados devido ao relacionamento próximo que mantinham com João Arroyo, chamaram a atenção para o interesse que havia em estudar tão curiosa e complexa personalidade que, neste início de século, não parava de surpreender pela riqueza das suas manifestações públicas.

De facto, o conselheiro João Arroyo era conhecido pela sua incansável actividade parlamentar, pela acção ministerial, pela eficácia da actuação conjunta com Hintze Ribeiro e João Franco ao longo dos últimos quinze anos do século XIX e, a partir do início do século seguinte, ficou, ainda, conhecido pela preciosa colecção de obras de arte e pelas recepções que dava em sua casa, onde reunia membros do corpo diplomático, do parlamento e do Governo, jornalistas de todas as facções políticas e numerosos artistas. A todos estes atributos vieram juntar-se, a partir de 1906, as reuniões realizadas no palacete da Rua de Santo António

dos Capuchos, verdadeiras conferências de imprensa em que o anfitrião revelava, publicamente, o seu talento musical e as mais recentes obras que produzira.

Como músico apresentava grande capacidade técnica, profundo conhecimento das mais recentes conquistas da arte musical, uma virtuosidade pianística notável e capacidade solfégica que raramente se encontra mesmo nos maiores músicos. O seu talento musical foi aplaudido com entusiasmo por todos os que o ouviram, quer em Portugal, quer no estrangeiro onde conquistou a admiração de críticos conceituados como, por exemplo, entre tantos outros, Arturo Collauti e Ludwig Hartmann, que viriam a ser seus tradutores.

Nos últimos anos da Monarquia, João Arroyo, monárquico convicto, era encarado como um caso de estudo por todos aqueles que com ele contactavam. Dotado de uma personalidade simpática, recebia todos os que o procuravam e com todos discutia as questões que lhe eram apresentadas. Deve notar-se que, à parte alguns jornais progressistas de Lisboa que, em 1889, consideraram alguns dos seus discursos mal-educados e intelectualmente medíocres, a imprensa periódica sempre foi extremamente favorável a João Arroyo, de outro modo não seria possível entender a extraordinária atenção que lhe dispensaram jornais lisboetas como *O Dia*, afecto à dissidência progressista de José de Alpoim, ou o republicano *A Luta*, que o médico Manuel de Brito Camacho dirigia com toda a vivacidade.

Nas primeiras décadas de noventa, estudar a obra e a acção de tal personalidade revelou-se uma urgência para publicistas como, entre tantos outros, Carlos Malheiro Dias, Alfredo Pinto, Paulo Osório, Augusto de Vasconcelos ou Trindade Coelho que, aliás, pouco mais fez do que plagiar o que, vinte anos antes, D. António da Costa escrevera sobre o assunto. Em estudos históricos o nome de João Arroyo foi evocado por Rocha Martins na sua monumental biografia do Rei D. Carlos, onde há uma página ilustrada com uma fotografia que o representa, tendo também aparecido as clássicas obras memorialistas de Raul Brandão, António Cabral e António Maria da Silva que, ao contrário das outras, apenas têm servido para difundir ideias que dificilmente se coadunam com a realidade.

É significativo notar que Rocha Martins omitiu qualquer referência a João Arroyo no seu ensaio sobre o franquismo e que a *História de Portugal* publicada, a partir do final da década de 1920, sob a direcção do professor Damião Peres o ignora completamente, situação que se explica, no primeiro caso, pela hostilidade que Arroyo cultivou contra João Franco durante a sua permanência na presidência do Conselho de Ministros e, no segundo, provavelmente pela militância monárquica que o político desenvolveu em período republicano.

Note-se ainda que a obra que João Arroyo produziu no campo das ciências jurídicas lhe valeu a eleição para a Academia das Ciências de Lisboa. A este propósito, o conhecido académico Jaime Moniz, no parecer que redigiu sobre a oportunidade da eleição de Arroyo para membro desta prestigiada academia, chamou a atenção para o facto de o candidato, nas suas obras jurídicas, tratar assuntos delicados com grande rigor científico e profundo saber, sendo esta mais uma razão a apoiar o interesse de que se reveste o estudo da obra arroyana, sobretudo agora que, passado um século, o investigador consegue ter distanciamento suficiente para a observar com serenidade e, assim, atingir cabalmente o seu profundo entendimento.

Tenha-se, no entanto, em consideração que João Arroyo não foi o produto ocasional de uma feliz convergência de manifestações fortuitas da natureza. João Arroyo foi um produto do meio em que nasceu. Herdou uma tradição sólida e desenvolveu-a de acordo com as suas capacidades e tendo como referência o meio de origem, ao serviço do qual nunca deixou de se sentir.

O seu pai, que aqui vemos acompanhado da mulher e dos filhos, numa fotografia tirada no fim da década de 1860, era, nesta época, para além de abastado comerciante de instrumentos musicais e partituras, um músico cujo talento e sensatez levou a que atingisse, a convite dos seus pares, a posição cimeira no seio da bem organizada classe profissional dos músicos portuenses. José Francisco Arroyo já dera provas da sua capacidade ao fundar, vinte



anos antes, o Montepio Filarmónico Portuense, do qual foi o primeiro presidente, ao compor vasta e bem sucedida obra musical e, também, pela eficácia que vinha demonstrando na administração de salas de espectáculos.

Era uma pessoa altamente conceituada na sociedade portuense da época e, embora tenha proporcionado aos filhos a melhor educação que o Porto proporcionava, enriquecendo-a através de uma sólida formação musical, procurou que os descendentes seguissem outras vias que ele considerava mais promissoras. Assim, dos três rapazes, o mais velho, José Diogo,

viria a ter uma carreira universitária brilhante, como professor de Química, ao mesmo tempo que dirigia o *Jornal de Notícias*, de que foi fundador, proprietário e primeiro director, sendo, simultaneamente, um pianista de grandes recursos; o segundo, António José, engenheiro de formação, notabilizou-se pelos relatórios que escreveu em resultado das inspecções que levou a cabo em escolas do ensino técnico e, também, pela obra produzida no campo da crítica de arte, onde revelou grande erudição e especial afinidade com a música; o mais novo, João Marcelino, é o objecto fundamental deste estudo e das raparigas, a mais velha, Rita, que aqui vemos junto ao pai, apenas se sabe que foi uma conscienciosa mãe de família e a mais nova, Beatriz, antes de ter optado por constituir família deu início a uma promissora carreira de cantora.

Acrescente-se, porém, que a tradição musical da família Arroyo era bastante mais vasta: o pai de José Francisco era músico, tal como o foram os seus dois irmãos, tendo as três irmãs casado com músicos de relevo.

Deste modo, se, por um lado, os Arroyo eram utilizadores frequentes dos serviços dos fotógrafos em actividade no Porto, que os fotografaram no *atelier*, em casa e ao ar livre, tornaram-se, desde 1844, pelo menos, presença assídua nas páginas da imprensa periódica do Porto e Lisboa, que foram noticiando e comentando a par e passo a actividade e os acontecimentos que se foram produzindo no seio desta ilustre família.

Assim, a leitura de jornais e revistas portuguesas tornou-se fundamental para o investigador interessado em reconstituir a história dos Arroyo e em entender o alcance da acção dos seus membros, o que veio a ser alargado, no início do século XX, com a internacionalização do sucesso artístico de João Arroyo, primeiro aos países da Europa central e, depois, embora menos significativamente, à América do Sul.

A pesquisa de informação sobre João Arroyo não apresentou especiais dificuldades, excepto no que se refere aos países que têm, ou tiveram, o alemão como língua oficial, e muito em particular à República Federal Alemã. Neste país, os efeitos devastadores dos bombardeamentos que aconteceram no início da década de 1940 e a complexa evolução política posterior, afectaram dramaticamente as instituições onde eram conservados arquivos que continham informação relevante para o esclarecimento dos negócios de Arroyo na Alemanha e das suas bem sucedidas passagens por este país. No entanto, por entre as ruínas ainda fumegantes da Guerra, foi possível encontrar dois documentos fundamentais: um, no que resta do arquivo da Ópera de Hamburgo, para além de dar a conhecer o nome de todos os



artistas e técnicos que participaram nas apresentações da ópera *Amor de Perdição* nesse teatro, em 1910, responde à questão fundamental que é saber qual foi o estatuto destas apresentações, isto é, se se tratou de apresentações integradas na programação regular da temporada ou se, pelo contrário, esta ópera foi apresentada por cedência das instalações para fins privados. Pode, deste modo, concluir-se com toda a segurança que o *Amor de Perdição* foi integrado na programação da temporada regular de assinatura e que alternou com a ópera de Mozart, *D. Giovanni*, um confronto do qual, a avaliar pela crítica, a peça do compositor português não saiu diminuída.

O segundo documento recuperado em Hamburgo foi um recorte de jornal, que se encontra na colecção de documentos teatrais da Faculdade de Letras da Universidade Hamburgo, e que contém o texto integral da importante crónica que Ferdinand Pfohl publicou em jornal que, veio a apurar-se, posteriormente, por excertos, traduzidos para português, publicados pelo jornal lisboeta *O Dia*, era o conceituado *Notícias de Hamburgo*, jornal onde, de facto, Pfohl exerceu as funções de editor de música durante muitos anos.

O conhecimento do texto integral desta crónica reveste-se da maior importância porque revela, circunstanciadamente, qual a ideia que o ilustre crítico, pessoa culta e músico de grande valor, tinha de Portugal, país pelo qual não nutria consideração alguma, e, por consequência, como encarava Arroyo em relação às suas origens.

Segundo o crítico, se Portugal era um país inexistente como nação civilizada, João Arroyo era um caso surpreendente de sucesso porque era educado, culto, talentoso e artista, qualidades cuja origem intrigavam o crítico e que ele acabou por atribuir ao cosmopolitismo de uma personalidade viajada, revelando total desconhecimento da realidade cultural portuguesa onde Arroyo se formou. No entanto, com o objectivo de ilustrar o respeito que a obra do músico português lhe causava, recorreu ao *Tristão e Isolda*, de Wagner, e, estabelecendo uma comparação de grande ousadia para uma mente alemã da época, concluiu que um artista como Arroyo fazia viver a cultura de qualquer país, fosse ele Portugal, o que era fácil, em sua opinião, ou, até mesmo, a Alemanha, país que considerava culturalmente riquíssimo.

Quer pela extensão, quer pela profundidade, este paradigmático texto é significativo do acolhimento que foi dispensado a João Arroyo na Europa de língua alemã do início do século XX, sendo, no entanto, de notar que se observa uma considerável diferença entre as crónicas publicadas no Norte e as que apresentaram os jornais do Sul, bem menos desagradáveis para com a Nação portuguesa.

João Arroyo tinha uma colecção muito completa de jornais e revistas em língua alemã que se tinham referido a ele e à sua obra e cuja consulta permitiu a jornalistas e musicógrafos das suas relações, no entanto, hoje em dia não há qualquer notícia do paradeiro deste precioso acervo documental e a sua recuperação nas bibliotecas da Europa central levanta, em alguns casos, sérios problemas.

No início do século XX, João Arroyo era uma das figuras mais visadas pela imprensa periódica portuguesa, aqui o vemos, à esquerda, em 1906, a percorrer, descontraidamente, uma rua de Lisboa quando foi surpreendido pela objectiva do repórter Joshua Benoiel, da *Ilustração Portuguesa*, que tantas vezes o fotografou em atitudes informais, criando, assim, instantâneos fotográficos que exprimem a natureza do fotografado com mais acuidade do que qualquer fotografia realizada em estúdio.



Em resultado da sua obra e notoriedade, é natural que João Arroyo passasse das páginas dos jornais e revistas para as dos livros e dicionários enciclopédicos.

O autor que, primeiro, dedicou páginas a Arroyo foi D. António da Costa que, no seu livro *Auroras da Instrução pela Iniciativa Particular*, publicado no início da década de 1880, lhe dedicou um pormenorizado capítulo, tendo como ponto de partida a fundação do Orfeão Académico de Coimbra que o autor considerou especialmente relevante para o futuro do ensino em Portugal.

Já no início do século XX, Carlos Malheiro Dias, na sua obra *Cartas de Lisboa*, escreveu páginas onde abordou, com grande sagacidade crítica, a oratória parlamentar de João Arroyo e descreveu o panorama do coleccionismo de arte lisboeta em que Arroyo se notabilizara.

Neste início de século, outros autores se referiram a João Arroyo, sendo de destacar Brito Camacho que, surpreendentemente, no meio de uma extensa reflexão sobre a savana africana, dedicou uma página a explicar a origem do seu relacionamento com Arroyo, uma explicação que, aliás, é relevante para o entendimento cabal da atenção que o seu jornal, *A Luta*, lhe dedicou.

Por outro lado, os dicionários enciclopédicos, desde os mais antigos, publicados sob a direcção do professor de medicina legal Maximiano Lemos, no Porto, e de Esteves Pereira, em Lisboa, têm fornecido informação extremamente correcta e fiável acerca de João Arroyo e da sua família, com uma única excepção que é o *Dicionário de Música* de autoria conjunta do padre Tomás Borba e Fernando Lopes-Graça, publicado, pela primeira vez, em 1955, pelas Edições Cosmos, que contém um pequeno texto sobre João Arroyo que apenas revela a ingenuidade mal informada dos ousados autores.

Dentro deste grupo de obras que são os dicionários enciclopédicos e biográficos, convém, ainda, referir o *Dicionário Biográfico Parlamentar*, publicado, a partir de 2004, sob a orientação da professora Filomena Mónica, e que abarca o parlamentarismo monárquico, cuja entrada sobre João Arroyo contém algumas ideias influenciadas pela tradição e que se afiguram, hoje em dia, pouco justas.

Ao longo do século XX, foram, ainda, publicadas duas pequenas obras de divulgação sobre João Arroyo. Uma da autoria de Rodrigo Veloso e inserida, em 1911, na colecção *Galeria Parlamentar*, e a outra, datada de 1941, com autoria de Júlio Eduardo dos Santos, foi escrita no curto espaço de algumas semanas com o intuito de esclarecer o público lisboeta da vida e da obra de uma personalidade já, então, esquecida e cuja obra musical estava em vias de voltar a ser apresentada, em Lisboa, no Teatro de S. Carlos.

Ao longo da primeira metade do século XX, apareceram também várias obras de carácter memorialista onde os autores se referiram a João Arroyo e das quais devem ser destacadas as de Raul Brandão, António Cabral e António Maria Pereira, por serem, hoje em dia, vistas como clássicas e por conterem textos extensos e globalmente nocivos para qualquer tentativa de entendimento honesto da matéria em apreço.

Raul Brandão declarou no prefácio das suas *Memórias* que temia a realidade e preferia a ficção. Deste modo, o processo memorialista resultava de curtas viagens a Lisboa, onde o autor procurava ouvir aquilo que se dizia na cidade, e, de regresso à sua casa de Nespereira,

no concelho de Guimarães, recordava o que tinha ouvido, colocando-se sempre no papel de actor dos factos narrados que, por seu lado, eram expostos com a máxima liberdade e imaginação.

António Cabral, que apenas escreveu os seus livros de memórias na década de 1940, antipatizava com João Arroyo, de tal modo que, um dia, tentou agredi-lo a murro em plena reunião plenária da Câmara dos Deputados. No seu livro intitulado *Os Culpados da Queda da Monarquia* dedicou um extenso capítulo a Arroyo onde lhe atribuiu culpas que ele não teve e das quais, surpreendentemente, o autor se encarregou de o absolver no meio de informações válidas e graves imprecisões.

Quanto a António Maria da Silva, parlamentar republicano, chefe carbonário e presidente do Conselho de Ministros da República, deve destacar-se que cultivava uma profunda admiração por João Arroyo, de tal modo que, no seu livro intitulado *O Meu Depoimento*, escrito no fim da década de 1940, mostra que ouvia os discursos de Arroyo com muita atenção e ouvidos carbonários, de tal modo que apenas retinha as palavras necessárias para fazer do orador um oráculo das expectativas do ouvinte.

De há trinta anos até ao presente, estes três autores têm sido citados como fonte para estudos históricos no que respeita a João Arroyo, cujo nome, evocado com mais ou menos frequência, consta em todas as grandes sínteses sobre História de Portugal, devendo, no entanto, notar-se que apenas o professor Joaquim Veríssimo Serrão se dedicou a fazer uma abordagem interpretativa da sua acção, tendo o cuidado de se referir à actividade política, que trata com extrema severidade, e aos aspectos artísticos e culturais, que, neste caso, lhe parecem bem mais simpáticos.

Observa-se, então, que, desde há anos, os historiadores vêm sentindo a força da presença de João Arroyo nos seus estudos mas, no entanto, se exceptuarmos, para além do anterior, o exemplo que é a biografia de D. Carlos elaborada pelo professor Rui Ramos, onde, ainda que marginalmente, é esboçado algum aprofundamento, a investigação histórica actual revela uma acentuada tendência para se satisfazer com a simples evocação do nome de Arroyo sem apresentar qualquer razão que justifique a necessidade de o fazer.

Conclui-se, portanto, que João Arroyo é um nome no qual se tropeça, a cada passo, como uma inevitabilidade do destino, por isso, importa, cada vez mais, perguntar porquê e procurar as razões que estão a provocar uma situação que, ultimamente, se tem acentuado.

Creio que a dissertação que agora apresento é uma base de trabalho útil para que a actuação de Arroyo, quer no campo político, quer jurídico, quer musical, seja integrada no estudo das situações nas quais ele foi actor, o que, de certo, contribuirá para enriquecer a investigação e aprofundar o entendimento das matérias em apreço.

O futuro dirá se este trabalho teve as consequências benéficas que todo o investigador deseja que resulte da sua dedicação, no entanto, a avaliar pelo interesse que Arroyo tem suscitado desde que começou a ser objecto de divulgação, é razoável supor que, depois de tantos anos de esquecimento, se cumpra aquele que era o seu maior desígnio de vida: prestar serviço a todos quantos dele pudessem necessitar. João Arroyo, de facto, pela sua obra, ainda está à altura de contribuir validamente para o bem comum.